

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.326 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2001

## Aprovado fundo para desenvolver Amazônia

Proposta que institui fundo para desenvolver a Amazônia sem agredir o meio ambiente foi aprovada ontem pelo Senado. A PEC ainda depende de segundo turno de votação.

PÁGINA 3

## Mestrinho preside o Conselho de Ética

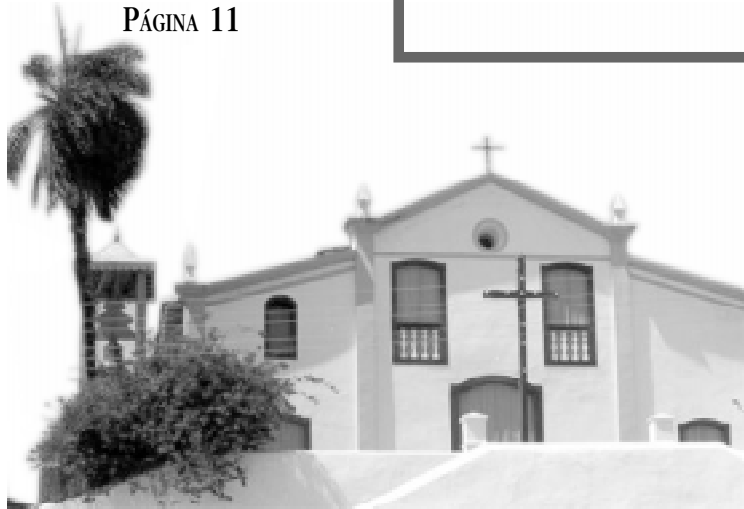
Escolhido ontem, senador negou qualquer vinculação com denúncias relativas à Sudam. O vice é Geraldo Althoff.

PÁGINA 8

## Cidade de Goiás é Patrimônio da Humanidade

Mauro Miranda e Maguito Vilela anunciaram ontem que ex-capital de Goiás (foto abaixo) recebeu o reconhecimento da Unesco.

PÁGINA 11



À noite, o Congresso voltou a se reunir, no Plenário do Senado, e aprovou créditos suplementares para diversos órgãos dos três Poderes

# Congresso conclui exame da LDO, que vai à sanção

Substitutivo obteve no Senado 57 votos favoráveis, 11 contrários e 3 abstenções. Proposta, que já havia sido aprovada pelos deputados, segue agora para sanção presidencial

O Congresso Nacional concluiu ontem a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 (LDO) ao aprovar o substitutivo apresentado pela relatora, deputada Lúcia Vânia. A proposta será enviada à sanção presidencial. A relatora acolheu

em seu parecer cinco destaques apresentados pelos parlamentares e rejeitou 23. No Senado, o texto obteve 57 votos favoráveis, 11 contrários e 3 abstenções. O projeto já havia sido aprovado pelos deputados na reunião do Congresso de terça-feira.

PÁGINA 6

**Orçamento terá créditos de R\$ 2,3 bilhões**

PÁGINA 7

## Simon autografa livro com sua biografia

*Quem é Pedro Simon*, livro com biografia escrito pelo jornalista Luiz Gutemberg, foi lançado ontem no hall da Biblioteca do Senado (foto).

PÁGINA 12



# Osmar propõe atualização da contribuição de melhoria

Senador pretende adaptar o Código Tributário Nacional, em vigor desde 1966, às mudanças feitas pela Constituição federal de 1988

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) apresentou projeto de lei complementar para atualizar artigos do Código Tributário Nacional (CTN) referentes às normas gerais aplicáveis à contribuição de melhoria, cobrada pela União, estados e municípios para custear a execução de obras públicas. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o senador tucano, a Constituição de 1988 determinou que a contribuição de melhoria deverá ser fixada em função do critério de custo e não de valorização de bem público ou particular decorrente da obra. Em con-



Osmar Dias: critério de cobrança deve ser o custo da obra e não a valorização dela decorrente

trapartida, o texto do CTN, editado em 1966 e que não foi ajustado à nova regra constitucional, con-

tinua adotando o critério de valorização na fixação desse tributo.

A proposta, segundo Osmar Dias, vem sanar esse descompasso nas leis que regulam essa contribuição. Seu projeto também define critérios para a delimitação da zona de influência da obra pública, um dos parâmetros para a cobrança do tributo.

A contribuição de melhoria a ser aplicada a cada imóvel beneficiado deverá ser determinada pelo rateio da parcela do custo da obra entre os imóveis situados na zona de influência, tomando por base fatores individuais de absorção das benfeitorias.

## Saturnino quer suspender licitações da ANP

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) quer impedir a Agência Nacional do Petróleo (ANP) de licitar novas áreas para pesquisa e produção de petróleo no país. Pelo menos até que o Conselho Nacional de Política Energética, estabelecido em 1997 pela mesma lei que criou a ANP e regulamentou a flexibilização do monopólio nacional do petróleo, faça o planejamento estratégico para o setor de energia no Brasil e submeta esse estudo ao Congresso Nacional.

Essa é a principal mudança proposta por Roberto Saturnino em projeto de lei que altera a Lei nº 9.478/97. Encaminhada para a apreciação dos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, a proposição seguirá diretamente para votação na Câmara dos Deputados caso seja aprovada sem recurso ao Plenário do Senado.

No entender do parlamentar, as licitações que vêm sendo fei-

tas pela Agência Nacional do Petróleo, "da forma como têm sido conduzidas, podem mostrar-se fortemente prejudiciais à nossa economia e à nossa sociedade". Faltam, segundo ele, o respaldo fundamental do planejamento energético estratégico, estudos do Ministério de Minas e Energia – ratificando o formato adotado para a realização das licitações – e o debate da questão pelo Congresso.

O senador pelo Rio de Janeiro manifesta fortes dúvidas com relação à preservação dos interesses nacionais no uso do petróleo a ser produzido pelas empresas ganhadoras dessas áreas licitadas, no que diz respeito ao abastecimento do país. E mesmo sua necessidade para concretizar a meta da auto-suficiência brasileira nesse setor. Ele observa que, nas duas rodadas de licitações já realizadas pela ANP, o país entregou 33 áreas, com um total de 22 mil quilômetros quadrados, território equivalente ao estado de Sergipe.



Saturnino: áreas para produção de petróleo são licitadas sem respeito aos interesses nacionais

Na avaliação de Saturnino, "a sociedade brasileira não está tendo os seus interesses superiores garantidos e a única explicação lógica para essas licitações estarem ocorrendo dessa forma e com esse acoadamento prende-se a alguma imposição não escrita do Fundo Monetário Internacional, representando os interesses de grandes potências e empresas petrolíferas estrangeiras, como condição para renegociar no passado a dívida do país".



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2001

### PLENÁRIO

10h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

#### 9h – Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 6*

#### 9h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLS nº 157/99, altera o parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º ao art. 542 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 82/00, dispõe sobre a Polícia do Senado Federal; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente para obras no sistema nacional de viação para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLC nº 32/01, dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias; Requerimento nº 291/01, do senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre os resultados financeiros, balancetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de sequestro; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante sequestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afixação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão de obras de artes visuais; e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere o domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

#### 9h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de diversas matérias, destacando-se: dois projetos de lei que abrem crédito suplementar em favor da Presidência da República; relatório referente ao projeto de lei que altera os programas e ações do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003; relatórios favoráveis à adequação e à construção de trechos rodoviários e à implantação de hidrovias no chamado Corredor Araguaia/Tocantins; e apreciação do relatório final sobre a revisão do PPA relativo ao período de 2000 a 2003. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães – Câmara dos Deputados*

#### 15h – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática

Pauta: exposição do diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho, do vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedici), Evandro Guimarães, e do diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

### ESPECIAL

15h – Palestra técnica promovida pelo Prodasen: "Certificação Eletrônica e Cartórios Virtuais". A palestra será proferida por Maria Teresa Araújo, que falará sobre os temas "Virtualização de documentos"; "Autenticação: mundo real x mundo virtual"; "Conceitos de criptografia"; e "Certificação digital". *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*  
20h30 – Apresentação do Coral do Senado em comemoração aos cinco anos de criação do grupo. *Audatório da Casa Thomas Jefferson – 606 Norte*

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovado fundo para desenvolver a Amazônia

Proposta de emenda à Constituição de autoria de Jefferson Péres, com substitutivo de Bernardo Cabral, foi acolhida por unanimidade em Plenário. Matéria ainda terá segundo turno de votação antes de ir à Câmara

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destinado a promover o desenvolvimento econômico daquela região sem agredir o seu meio ambiente. Antes de seguir para a Câmara dos Deputados, a matéria precisará ser votada ainda em segundo turno.

O texto foi aprovado nos termos de um substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos desse fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios desses estados, exceto nas capitais. O desejo de Jefferson é que a proposta seja aprovada até o próximo ano pela Câmara dos Deputados, a fim de entrar em vigor o mais breve possível.

Para a constituição do fundo, a União destinará parte da receita lí-



Jefferson Péres espera que proposta seja aprovada pela Câmara até o próximo ano

quida de impostos arrecadados no Amazonas num percentual correspondente ao dobro do percentual da área de proteção ambiental existente nesses quatro estados. Nesse caso, área de proteção ambiental é todo o território da Amazônia Ocidental no qual sejam impostas restrições à exploração econômica dos recursos naturais, inclusive reservas indígenas.

Dez senadores se manifestaram sobre a matéria, a começar por Tião Viana (PT-AC), que louvou a inicia-

tiva, dizendo que ela atende a extremas necessidades da Amazônia Ocidental. "É um dos projetos mais elevados que já votamos aqui", disse Viana, externando a gratidão do povo amazônico pela proposta. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também elogiou a iniciativa, aconselhando: "Este é o caminho que devemos trilhar para resolver os problemas da Amazônia".

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Luiz Otávio (sem partido-PA), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Marluce Pinto (PMDB-RR), Nabor Júnior (PMDB-AC), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Romero Jucá (PSDB-RR) também louvaram a iniciativa, pedindo que ela fosse aprovada por unanimidade. Eles sustentaram que a região precisa de uma decisão política do país para que o meio ambiente seja preservado, mas com a garantia de que a população tenha como se sustentar. Foram registrados 69 votos a favor da iniciativa.

## Jefferson: Brasil terá, enfim, projeto para a região

Autor da proposta de criação do fundo para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, o senador Jefferson Péres pediu que os parlamentares não aprovassem a iniciativa apenas para serem gentis, e sim que votassem conscientes de que se tratava de fazer o Brasil ter finalmente um projeto para a Amazônia.

O senador argumentou que, "espantosamente, a maior região do país, geograficamente a mais importante, a griffe mundial, reserva de biodiversidade e de recursos hí-

dricos, está ameaçada de, a médio prazo, sofrer enorme processo de desflorestamento e devastação".

Ele disse que, exatamente por não serem contemplados por um fundo como esse, os habitantes da Amazônia se vêem atualmente reduzidos a extrema pobreza, em razão de estarem submetidos a restrições legais protetoras da preservação do meio ambiente. Jefferson também afirmou que sua proposta não tira recursos dos demais estados, pois não haverá perda de recursos do Fundo

de Participação dos Municípios ou do Fundo de Participação dos Estados para nenhuma unidade da Federação.

O senador ainda enfatizou que a proposta não foi redigida de forma irrefletida. "Foi muito bem pensada e é extremamente ética", garantiu. Também esclareceu que os recursos do fundo são gerados na própria Amazônia, que tem significativo saldo fiscal com a União. "A União arrecada no meu estado muito mais do que remete para lá", assegurou Jefferson Péres.

## Alcântara quer preservar patrimônio natural

Ao destacar em discurso o Dia Nacional de Defesa das Florestas Brasileiras, comemorado em 23 de maio, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) falou sobre a necessidade de preservação do patrimônio natural do país. Segundo ele, a relevância dessa questão para o Brasil não deriva apenas do tamanho das riquezas — o território nacional concentra um terço de todas as florestas tropicais do mundo e tem a flora arbórea mais diversificada do planeta —, mas também da constatação de que esse patrimônio "não se encontra, nem de longe, suficientemente protegido".

— Somente com o atendimento das necessidades das populações que habitam essas áreas será possível breçar o processo de devastação. É necessário levar-se sempre em conta que os recursos naturais não são inesgotáveis e que o atendimento das necessidades da geração atual não pode comprometer o potencial de suprir as necessidades das gerações futuras — afirmou.

Lúcio Alcântara citou estudo realizado pelo Fundo Mundial para a Natureza em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, apresentado na 52ª Reunião da So-

ciência Brasileira para o Progresso da Ciência, segundo o qual as unidades de conservação, além de poucas, estão mal distribuídas pelo país.

De acordo com o parlamentar, o bioma (comunidade em região geográfica com um tipo de vegetação) brasileiro com maior percentual de área protegida é o sistema costeiro. Em segundo lugar, acrescentou, aparece o maior bioma brasileiro, a Amazônia. Com quase cinco milhões de quilômetros quadrados, que representam quase 60% do território nacional, a Amazônia tem apenas 3,6% de sua área sob conservação, informou Alcântara.

## Freire pede debate sobre "uma nova utopia" para o Nordeste

Extinta a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), torna-se urgente debater o novo modelo de intervenção estatal, com vistas a tirar a região do atraso econômico e social em relação ao resto do país. Foi o que propôs ontem em Plenário o senador Roberto Freire (PPS-PE).

Dizendo-se contra uma atitude saudosista e "lamentosa", Freire acha que o fim da Sudene reflete o encerramento de um ciclo e os efeitos da desarticulação da superintendência pelos governos militares. Na sua opinião, o novo cenário propiciado pela globalização, associada ao avanço tecnológico, exige um novo padrão de inserção do Nordeste na economia brasileira. Para o senador, seria impensável conduzir a região pelas etapas clássicas de evolução econômica, fugindo ao desafio do salto em direção a um modelo baseado em alta tecnologia.

— A Sudene cumpriu o seu papel



Roberto Freire quer manter vivo o objetivo de Celso Furtado

e não podemos pensar em ressuscitá-la, mas devemos debater uma nova utopia para o Nordeste — disse Roberto Freire. Ele enfatizou, contudo, a necessidade de se manter vivo o objetivo do idealizador da Sudene, o economista Celso Furtado, que preconizava a transformação da economia nor-

destina e a desconcentração da renda ali gerada, contra uma mentalidade voltada apenas para o subsídio a grupos privilegiados.

Assim como no passado, a inspiração para a nova agência de desenvolvimento do Nordeste deveria vir da Europa. Quando criada por Juscelino Kubitschek, em 1959, a Sudene seguiu os passos da agência italiana voltada para integrar o Sul pobre ao Norte mais desenvolvido. Atualmente, fundos com volume de recursos equivalentes a R\$ 230 bilhões de euros financiam a equiparação de regiões e países europeus, de modo a viabilizar a unificação daquele continente.

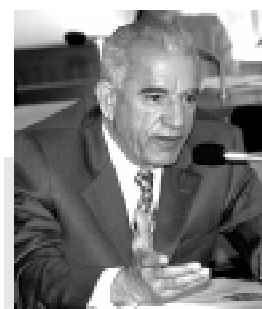
## Iris recorda pioneirismo e caráter de Bernardo Sayão

Ao registrar o centenário de nascimento do político e engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) ressaltou sua importância para a interiorização do desenvolvimento brasileiro, especialmente na história do estado de Goiás, bem como seu exemplo

de retidão de caráter, humildade, determinação e pioneirismo.

O senador enumerou as ações de Sayão desde sua liderança na implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás — hoje município de Ceres, notável por sua agricultura — até sua mudança com a família para o Planalto Central, onde Brasília seria construída.

— Brasília foi beneficiada em sua consolidação pelo que Bernardo



Para Iris, a construção da Belém-Brasília foi a maior façanha de Sayão

Sayão fizera 20 anos antes em Goiás — ressaltou Iris Rezende, lembrando que o engenheiro estava à frente de todas as atividades da construção da nova capital do país.

O senador apontou a construção da rodovia Belém-Brasília, com 2.169 km de extensão, como a maior façanha

de Sayão, que acreditava no poder transformador das estradas como instrumento de prosperidade. Quando faltavam apenas 50 km para a conclusão da rodovia, lembrou, Sayão foi atingido por uma árvore em Açailândia e faleceu.

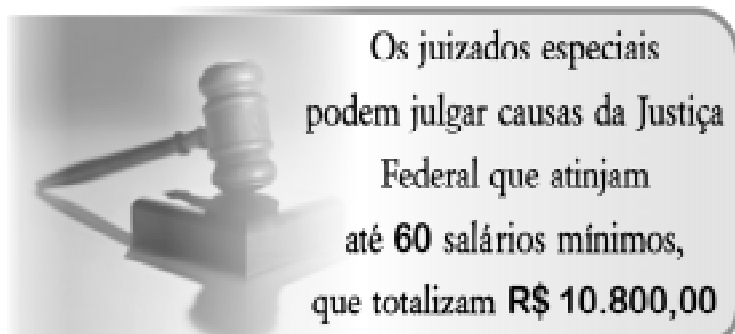
Iris também destacou a simplicidade e determinação de Sayão, que "preferia fazer e construir a usar a retórica cansada dos que prometem e nada cumprem".

# Vai à sanção projeto que cria juizados especiais federais

Aprovada pelo Plenário do Senado em regime de urgência, proposta tem o objetivo de agilizar o julgamento na Justiça Federal de causas relativas a infrações de menor potencial ofensivo

Em regime de urgência, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto oriundo da Câmara instituindo na Justiça Federal juizados especiais cíveis e criminais, para processar e julgar feitos relativos a infrações de menor potencial ofensivo. A matéria agora vai à sanção presidencial.

Pelo projeto, essas infrações são definidas como os crimes a que a lei impõe pena máxima de dois anos ou multa. Ficou estabelecido que competirá a esses juizados processar, conciliar, julgar e executar sentenças nas causas da Justiça Federal que



Os juizados especiais podem julgar causas da Justiça Federal que atinjam até 60 salários mínimos, que totalizam R\$ 10.800,00

atinjam até 60 salários mínimos.

O Plenário também decidiu que não se incluirão na competência desses juizados ações de mandado de segurança, desapropriação, divisão e demarca-

ção, execuções fiscais e por improbidade administrativa, e demandas sobre direitos difusos. Foi relator da matéria, com parecer favorável, o senador Osmar Dias (PSDB-PR).

## Regulamentada situação dos segurados do IPC

O Senado aprovou ontem projeto regulamentando a lei que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), transferiu para a União a manutenção dos benefícios dos seus segurados e criou o Plano de Seguridade Social dos Congressistas. Os senadores Heloísa Helena (PT-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram-se contra a aprovação.

O projeto adapta as aposentadorias e pensões provenientes do IPC às normas agora em vigor, igualando esses benefícios aos recebidos pelos servidores públicos civis da União. Por isso o texto também estende aos titulares de aposentadorias e pensões provenientes do IPC benefício adicio-



Carlos Bezerra foi relator do projeto regulamentando a lei que extinguiu o IPC

nal análogo ao décimo terceiro salário.

Foi decidido também que as despesas decorrentes desse novo

ordenamento jurídico serão cobertas por recursos orçamentários da Câmara e do Senado e dos congressistas segurados, que passam a contribuir nas mesmas bases fixadas para o funcionalismo da União.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou emenda para que a mudança contemple não apenas os parlamentares que exerciam mandato na data da promulgação da lei que extinguiu o IPC, mas também os titulares de mandato exercido em período anterior e posterior a 30 de outubro de 1997. A emenda foi aprovada.

## Senado aceita indicações de três embaixadores

Em votações secretas, o Plenário do Senado aprovou ontem mensagens do presidente da República indicando o ministro de primeira classe da carreira de diplomata Flávio Moreira Sampa para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes e, cumulativamente, o mesmo cargo junto ao Estado de Qatar.

Foram aprovadas ainda as indicações do ministro de primeira classe José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador na Federação da Rússia, bem como a do ministro da carreira diplomática Cesário Melantonio Neto para o cargo de embaixa-



Cesário Melantonio Neto na CRE, ao lado de Jefferson Péres

dor na República Islâmica do Irã. CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) havia aprovado, pela manhã, relatórios favoráveis às indicações de José Viegas Filho e Cesário Melantonio Neto. Os nomes foram apreciados em reunião secreta e aprovados pelos 16 senadores presentes.

Em seu relatório favorável à nomeação de José Viegas Filho para

embaixador na Rússia, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destacou a carreira que o indicado traçou no Ministério das Relações Exteriores, começando como terceiro-secretário, em 1966, e já tendo recebido, entre outras condecorações, a Ordem Nacional do Mérito da França e a Medalha Santos Dumont.

Por sua vez, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), em seu relatório, destacou que Cesário Melantonio Neto, indicado para o cargo de embaixador no Irã, nasceu em São Paulo, formou-se em Direito e ingressou na carreira diplomática em 1972. Melantonio recebeu condecorações de diversos governos, entre eles do Brasil, México e Alemanha.

O presidente da CRE é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

## Aprovada desvinculação de recursos oriundos de "royalties"

O Senado aprovou ontem, devendo ir agora à sanção presidencial, projeto da Câmara que permite ao governo suspender, ao longo de todo o ano de 2001, as vinculações legais previstas para a aplicação de recursos da União, oriundos do recebimento de royalties da exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O projeto original do Executivo

pretendia atingir uma desvinculação mais ampla, mas a Câmara modificou-o para deixar fora dessa flexibilização estados, municípios e organismos federais situados nas regiões Norte e Nordeste. O Executivo também pretendia estender a suspensão das vinculações até o ano de 2002, mas os deputados limitaram a medida ao ano de 2001. O Plenário do Senado votou a matéria sem discussão.

## Bahia autorizada a contratar empréstimo para turismo

O Senado aprovou ontem, devendo ir agora à promulgação, projeto autorizando o governo do estado da Bahia a contrair empréstimo de US\$ 10 milhões, à taxa de câmbio de abril de 2001, junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O dinheiro deverá ser utilizado pelo governo baiano em pro-

jetos de infra-estrutura no estado, previstos no Prodetur-NE (Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste). A solicitação do empréstimo, encaminhada ao Senado pelo Banco Central, passou pelo crivo do Tesouro Nacional, que concordou em conceder aval à operação, atestando que o estado da Bahia vem cumprindo satisfatoriamente as metas contidas no Programa de Ajuste Fiscal.

## Proposta de alterações no ICMS volta ao exame da CCJ

A pedido do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), foi devolvido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que altera as alíquotas do imposto cobrado pelos estados e pelo Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS).

De autoria do próprio Álvaro Dias, o projeto estabelece o princípio do destino nas operações e prestações interestaduais sujeitas ao ICMS, nas quais a alíquota passaria a ser de zero por cento. Determina também a forma de transição para essa nova modalidade

de tributação, dispondo que as atuais alíquotas serão reduzidas em 1% a cada ano, até que se atinja zero por cento.

RÁDIO

Na mesma sessão, o Plenário aprovou decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Educadora de Limeira, de Limeira (SP); Associação de Comunicação e Cultura Liberdade, de Jaíba (MG); Fundação Educativa Cultural Comunitária, de Belo Horizonte (MG); Associação Clamor dos Pobres, de Caiabu (SP); Fundação Fafit de Rádio e TV, de Itararé (SP); e Rádio Cidade de Cascavel (PR). Os decretos agora vão à promulgação.



# Plenário aprova recondução de Geraldo Brindeiro

Mensagem do presidente da República indicando nome do procurador-geral para quarto mandato consecutivo na chefia do Ministério Público foi acolhida por 55 votos a 18 e uma abstenção. Brindeiro exercerá cargo por mais dois anos

Por 55 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou ontem, em votação secreta, mensagem do presidente da República indicando o nome de Geraldo Brindeiro para o cargo de procurador-geral da República, pela quarta vez consecutiva. Ele ficará à frente do Ministério Público da União por mais dois anos.

Ao encaminhar a votação, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), enfatizou que, na sabatina realizada na última terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Geraldo Brindeiro mostrou números e apresentou argumentos convincentes sobre a lisura e eficiência de seu desempenho no cargo. A mensagem foi acolhida na comissão por 17 vo-

tos sim e 6 não.

Para o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), Brindeiro sempre demonstrou serenidade à frente do cargo. "Há descontentes que prefeririam um carrasco na função de procurador-geral da República. Eu, pessoalmente, não quero voltar à Idade Média", disse.

Segundo o senador Paulo Hartung (ES), líder do PPS, a recondução de Geraldo Brindeiro não é boa para o Ministério Público, nem tampouco para o Brasil. "O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria ter aproveita-



Indicação de Geraldo Brindeiro foi acolhida na terça-feira pela Comissão de Justiça, após sabatina

do a opinião pública desfavorável ao seu nome para arejar o MP", afirmou. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lamentou a "teimosia" do governo em afrontar a opinião pública, indicando um nome que conta com pouca aprovação nos meios po-

líticos, jurídicos e econômicos do país.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que Geraldo Brindeiro mantém 4.500 processos engavetados, entre eles os relativos a desdobramentos da CPI Collor/PC Farias, ao escândalo da concorrência do projeto Sivam e às acusações de compra de votos para garantir a aprovação da reeleição. "Ele tem comportamento democrático: coloca tudo na mesma gaveta", afirmou.

Os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Bello Parga (PFL-MA), Bernardo Cabral (PFL-AM), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Agripino (PFL-RN) e o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), encaminharam favoravelmente à indicação de Brindeiro.

As senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Emilia Fernandes (PT-RS) e os senadores Lauro Campos (sem partido-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Tião Viana (PT-AC) e José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, declararam voto contrário à indicação.

Segundo o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é um contrassenso a Constituição dar independência funcional e autonomia administrativa ao Ministério Público da União e delegar ao presidente da República o poder de nomear o chefe da instituição. Ele informou ter apresentado proposta de emenda constitucional estabelecendo eleição direta entre os procuradores da República para preenchimento do cargo de procurador-geral.

## Escolhidos nomes para Comissão Representativa

Os nomes dos oito senadores que irão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o recesso de julho foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. São os seguintes os indicados para membros titulares: Jader Barbalho (PMDB-PA); Valmir Amaral (PMDB-DF); Edison Lobão (PFL-MA); Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR); Ricardo Santos (PSDB-ES); Heloísa Helena (PT-AL); Ademir Andrade (PSB-PA) e Arlindo Porto (PTB-MG). A Comissão Representativa tem por atribuição cuidar das prerrogativas e competências do Congresso Nacional durante os períodos de recesso previstos na Constituição. Entre outras atribuições, cabe à comissão deliberar sobre convênio ou acordo internacional; aprovar créditos suplementares já votados pela Comissão Mista de Orçamento e exercer outras atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte, sem prejuízos para o país e suas instituições.

Também constituem poder da Comissão Representativa convocar ministros, pedir informações aos órgãos públicos, sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem os limites de delegação legislativa, receber petições e reclamações de qualquer pessoa contra atos de autoridade pública. Além dos oito senadores, compõem a comissão 16 deputados, devidamente indicados pelos seus partidos, que terão participação proporcional ao tamanho das bancadas, conforme determina a Constituição. Os partidos e blocos partidários no Senado indicaram os seguintes nomes para atuarem como suplentes na Comissão Representativa: Alberto Silva (PMDB-PI); Gilvam Borges (PMDB-AP); Hugo Napoleão (PFL-PI); Francelino Pereira (PFL-MG); Leomar Quintanilha (PPB-TO); Emilia Fernandes (PT-RS); Roberto Saturnino (PSB-RJ); e Fernando Bezerra (PTB-RN).

## Concurso para tribunais de contas

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por 60 votos a 6 e uma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia as modalidades de nomeação para os tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a fim de possibilitar o preenchimento das vagas de conselheiros por meio de concurso público.

Primeiro signatário da PEC, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) argumentou que o concurso público já é utilizado para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, sendo portanto, a seu ver,



Proposta de Álvaro Dias será submetida a uma segunda votação

desejável que o critério se estenda aos tribunais de contas, para garantir mais impessoalidade e moralidade no preenchimento das vagas.

Para Álvaro Dias, a possibilidade de substituir as indicações políticas de conselheiros por critérios de impessoalidade pode impedir danos incalculáveis ao erário, como foi provado pela CPI do Judiciário. Ele lembrou que, no caso da construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, o parecer técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a imediata suspensão da libe-

ração das verbas, em função das irregularidades constatadas. "O conselheiro ignorou o relatório e, politicamente, determinou a continuação da liberação das verbas. As consequências todo mundo conhece", acrescentou.

Para o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), a proposta é conveniente e oportuna, porque permite, pelo menos, a parcial reestruturação das cortes de contas estaduais e municipais. Ao desvincular as regras relativas aos tribunais de contas estaduais e municipais das normas previstas para o TCU, fica aberto o caminho para que cada estado, ou município, adote o critério para preenchimento dos cargos de conselheiro que melhor lhe convier, explicou, em seu parecer.

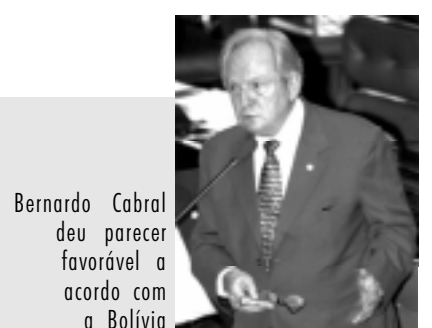
## Acolhidos acordos internacionais

Também foi aprovado ontem pelos senadores o texto do Acordo sobre Transferência de Nacionais Condenados, celebrado em La Paz, em 1999, entre o Brasil e a Bolívia. A matéria foi relatada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que apresentou parecer favorável.

A Casa acolheu também parecer do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) favorável a acordo assinado entre o Brasil e a Ro-

mênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. O acordo foi celebrado em 1999, em Bucareste.

Foram ainda aprovados outros dois atos internacionais: o texto da Convenção 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores; e o relativo a Acordo de Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebra-



Bernardo Cabral deu parecer favorável a acordo com a Bolívia

do entre o Brasil e o governo francês. As matérias vão agora à promulgação.

# Congresso conclui votação da LDO para 2002

Deputados e senadores acolhem emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias que garantem o refinanciamento de dívidas dos agricultores e mais recursos para desenvolver programas habitacionais e melhorar a infra-estrutura portuária

O Congresso Nacional concluiu ontem o processo de votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002 aprovando o substitutivo apresentado pela relatora, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela acolheu em seu parecer cinco destaques apresentados pelos parlamentares e rejeitou 23. No Senado, o texto da relatora obteve 57 votos favoráveis, 11 contrários e 3 abstenções.

Os destaques acolhidos e que passaram a fazer parte do substitutivo aprovado pelo Congresso buscaram assegurar o refinanciamento de dívidas rurais contraídas com instituições do governo (três emendas), favorecer ações de infra-estrutura portuária em São Francisco do Sul (SC) e mais ações governamentais na implantação de programas habitacionais.

Entre os 23 destaques rejeitados, cinco deles foram submetidos a votação nominal na Câmara e, rejeitados, não foram à deliberação do Senado. Um destaque estabelecia a obrigatoriedade de correção na tabela progressiva mensal e anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e nas deduções permitidas na declaração desse tributo. A modificação foi rejeitada por 256 deputados, recebendo 120 votos favoráveis e duas abstenções.

Os deputados também rejeitaram, por 255 votos a 121, mudança no substitutivo da relatora Lúcia Vânia para destinar mais recursos para a área de saúde por meio de cálculo tomando por base o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) verificado no ano anterior ao da definição orçamentária, registrando-se uma abstenção.

O aumento de recursos a serem aplicados em 2002 em soluções para a crise energética teve o mesmo destino: 247 deputados votaram contra, 111 a favor e uma abstenção.

Por distribuição de votos próxima às votações nominais anteriores, foram rejeitadas ainda as propostas oposicionistas que pretendiam assegurar reajuste anual para os servidores públicos em 2002 e salário mínimo de R\$ 215,00 a partir de 1º de abril de 2002.

O Congresso Nacional autorizou ainda o Poder Executivo a conceder crédito suplementar no Orçamento de 2001 de R\$ 4,3 milhões para o Ministério da Defesa.



O Congresso rejeitou a correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e o reajuste dos salários do funcionalismo federal

## Texto aprovado preserva proposta do governo

A relatora do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2002, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), procurou preservar ao máximo a essência do projeto encaminhado ao Congresso pelo Executivo. As questões consideradas polêmicas e com poder de desfigurar o conteúdo básico do projeto do governo, como as que previam redução do superávit primário (receitas menos despesas, fora as despesas com a dívida pública) para elevar os investimentos em setores prioritários, foram rejeitadas.

Entretanto, a relatora introduziu algumas alterações que tornarão a nova LDO mais flexível, permitindo, por exemplo, que os R\$ 5,28 bilhões de contribuição das empresas estatais à formação do superávit consolidado nas contas públicas possam ser redirecionados para investimentos em setores prioritários, como energia elétrica, por exemplo, e compensado contabilmente pelos ganhos obtidos pela Petrobras, oriundos do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional e das variações cambiais.



Lúcia Vânia disse que o seu substitutivo é "coerente" com a meta de superávit de 3% do PIB

A relatora procurou preservar os pontos considerados fortes pelo governo na nova LDO, como o que busca o equilíbrio das contas públicas e o que ajusta as diretrizes orçamentárias à Lei da Responsabilidade Fiscal. Ela deixou, ainda, margem para que o governo possa, de fato, conceder um

aumento real ao salário mínimo e promover um reajuste de salários para o setor público, mesmo evitando no texto qualquer colocação impositiva neste sentido.

— Nosso substitutivo — diz a relatora — é coerente com a meta de superávit primário de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor público consolidado, a ser atingido em 2002. Desse resultado positivo, a contribuição de estados e municípios é estimada em 0,6% do PIB. Estamos mantendo em nosso substitutivo o resultado primário fixado no projeto para a União, de 2,4% do PIB, sendo R\$ 26,4 bilhões do orçamento fiscal e da seguridade social e R\$ 5,28 bilhões das estatais federais.

Ela prevê a possibilidade de compensação entre o orçamento fiscal e o das estatais. A deputada evitou fazer estimativas de superávits das estatais federais por acreditar que é muito cedo para analisar o impacto da crise de energia e da crise argentina

sobre as contas públicas. Ela disse temer que qualquer iniciativa no âmbito das previsões interferisse negativamente no ânimo dos agentes econômicos.

Para tentar acelerar as ações emergenciais do governo, con-

*Projeto prevê o lançamento de títulos públicos para o ressarcimento das perdas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço*

tudo, como a prestação de socorro a populações atingidas por secas e enchentes, a relatora da LDO mudou de 1% para 2% da receita corrente líquida o volume de recursos destinados à reserva de contingência. Incluiu

também dispositivos que permitirão ao governo federal bancar sua parte no ressarcimento, aos trabalhadores, dos expurgos realizados pelos planos Verão e Collor I, nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), previsto em projeto de lei a ser sancionado pelo presidente da República (basicamente, autorização para a emissão de títulos públicos federais).



Edison Lobão: realidade brasileira é menos incômoda que a de muitos países

## Lobão aplaude convenção contra trabalho infantil

A decisão do governo brasileiro de ratificar a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe o ingresso no mercado de trabalho de menores de 16 anos, foi aplaudida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). A decisão brasileira, segundo Lobão, foi bastante elogiada pelo diretor internacional da OIT no Brasil: ele afirmou que nos últimos anos o país venceu inúmeras batalhas nessa área.

Afirmado que o trabalho infantil é um flagelo social que aflige o país, Lobão reconheceu que a idade de 16 anos está longe de ser, na prática, o limite para os adolescentes brasileiros ingressarem no mercado de trabalho. Ele observou, no entanto, que as dificuldades para atingir esse objetivo não devem ser empecilho à implementação de políticas públicas.

Ainda assim, disse o senador, a realidade brasileira é muito menos incômoda do que a que se pode observar em outras partes do planeta. A guerra faz parte do cotidiano de cerca de 300 milhões de crianças ao redor do mundo, obrigadas a participar de guerras civis e guerrilhas. Milhares delas são obrigadas a testemunhar todos os tipos de atrocidades e violências, lamentou o senador.

Dados divulgados por uma coalizão de entidades de proteção dos direitos humanos, entre as quais a Human Rights Watch e a World Vision International, estimam que o número de soldados mirins na África ultrapassa os 120 mil, acrescentou Lobão.

Segundo o relatório, continuou o senador, os pequenos soldados são freqüentemente utilizados para o combate "devido às suas qualidades infantis que os fazem baratos, prescindíveis e fáceis de treinar para que matem sem temor e obedeçam sem questionar".

# Congresso aprova créditos suplementares de R\$ 2,3 bi

Acordo entre lideranças permite que sejam destinados recursos para recuperação de rodovias, para novas agências de desenvolvimento e órgãos dos três Poderes

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite créditos suplementares ao Orçamento da União de R\$ 2,3 bilhões. As proposições votadas foram resultado de acordo entre as lideranças do governo e da oposição.

Dentre os vários créditos aprovados, destacam-se recursos de R\$ 180 milhões para o Ministério dos Transportes destinados à manutenção e recuperação da malha rodoviária federal; R\$ 770 milhões para o Ministério da Integração Nacional que vão viabilizar as recém-criadas Agências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e ainda R\$ 698,1 milhões para diversos órgãos do Legislativo, do Judiciário, do Executivo e do Ministério Público da

União.

Parte do acordo de líderes, a medida provisória que cria o Fundo de Investimento para Estudantes de Nível Superior foi aprovada, na forma de projeto de lei de conversão. O fundo vai financiar os estudos de cerca de 150 mil alunos.

Os parlamentares também aprovaram projeto de lei que altera o Plano Plurianual (PPA). Para facilitar a aprovação, o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), desmembrou o projeto de lei original, para que a parte da proposta que inclui no PPA o programa Luz no Campo e as ações para modernização de equipamentos da Aeronáutica pudessem ser aprovadas.



O projeto de lei que altera o Plano Plurianual também foi acolhido pelos parlamentares na sessão de ontem

A parte da proposta do governo que tratava da inclusão do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no PPA não foi votada por falta de acordo. O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) pediu

que a inclusão do Fust no PPA seja discutida pelo Congresso em agosto. O senador Jader Barbalho, na presidência da sessão do Congresso, remeteu o projeto original de volta à Comissão Mista de Orçamento.

## Comissão de Orçamento se reúne hoje

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 9h30, para examinar, entre outras matérias, dois projetos de lei que

abrem crédito suplementar em favor da Presidência da República – R\$ 49 milhões – e do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão – R\$ 8,3 milhões.

Os parlamentares deverão deliberar ainda sobre o relatório referente ao projeto de lei que altera os programas e ações do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. Também será examinado pelos deputados e senadores o relatório de avaliação de receitas e despesas e a respectiva exposição de motivos dos ministros de Estado do Planejamento e da Fazenda.

Serão analisados ainda relatórios favoráveis à adequação e à construção de trechos rodoviários e à implantação de hidrovias no chamado corredor Araguaia-Tocantins.



A pauta da comissão inclui dois projetos que abrem créditos orçamentários suplementares



Tuma é o autor do substitutivo aprovado ontem pelo Senado em primeiro turno

## Empresas de segurança terão de fornecer colete

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara que obriga as empresas de segurança a fornecerem aos seus empregados coletes a prova de balas, quando indispensáveis à redução dos riscos inerentes a determinadas tarefas e atividades.

Pelo texto aprovado, o Ministério da Justiça ficará encarregado de definir os casos de necessidade de uso do colete, bem como os modelos, especificações mínimas e as condições de uso do equipamento.

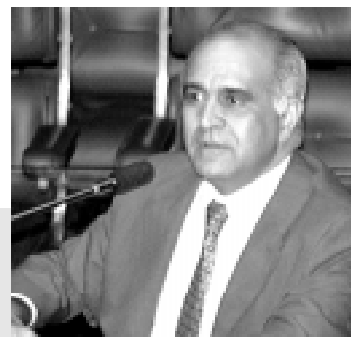
Em seu substitutivo, Tuma impede que o usuário do colete o leve para casa. Ele explicou que isso é para evitar que, por roubo ou aliciamento, o equipamento acabe em poder de bandidos.

## Souto anuncia acordo para recuperar lavoura cacaueteira

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá referendar hoje acordo firmado entre o governo federal e o governo do estado da Bahia visando à recuperação da lavoura cacaueteira, segundo anúncio feito ontem pelo senador Paulo Souto (PFL-BA). Ele lembrou que o setor foi abalado por uma praga que quase dizimou toda a produção, que chegou a uma área plantada de 600 mil hectares, provocando desemprego e drástica redução da atividade econômica do estado.

– Trata-se de um esforço muito grande do governo federal e do governo da Bahia, que estão participando financeiramente desse programa, que irá proporcionar novas circunstâncias para que sejam retomadas as condições propícias à recuperação da lavoura cacaueteira – disse Paulo Souto.

O senador afirmou que os termos do acordo estão praticamente fechados, faltando apenas acertar detalhes relativos à participação do Banco do Brasil. Superada



Segundo Paulo Souto, os recursos do programa sairão dos governos federal e da Bahia

essa etapa, acrescentou, será buscada a concretização de um novo programa, para abranger os produtores que não foram alcançados pelo acordo.

# Gilberto Mestrinho assume a presidência do Conselho de Ética

O senador Geraldo Althoff foi escolhido vice-presidente. Chapa indicada pelos partidos majoritários obteve 9 dos 14 votos do colegiado

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) assumiu na noite de ontem a presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) foi escolhido para ocupar a vice-presidência. A chapa Mestrinho/Althoff, indicada pelos partidos majoritários da Casa (PMDB e PFL), recebeu 9 dos 14 votos do conselho. Cinco senadores votaram em branco.

Ao assumir a presidência do Conselho de Ética, Gilberto Mestrinho desmentiu matérias publicadas na imprensa de que ele seria "o segundo homem da Sudam". O senador esclareceu que, mesmo tendo sido governador do Amazonas por três vezes, nunca indicou qualquer dirigente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. "Tam-



Gilberto Mestrinho garante que terá atuação democrática, seguindo fielmente o Regimento

bém não recebi recursos do órgão ou pedi a aprovação de qualquer projeto", acrescentou.

O novo presidente do Conselho de Ética também negou que tenha sido cassado durante o governo militar por corrupção, quando teria sido governador do Amazonas, segundo matérias publicadas na imprensa. "Na época eu era deputado federal pelo território de Rio Branco, hoje Roraima", explicou. "Quero tranquilizar os membros do conselho e garantir que minha atuação será democrática e que seguirei fielmente o que determina o Regimento", afirmou.

O senador Bello Parga (PFL-MA), por ser o integrante mais velho do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi quem presidiu a reunião até a escolha de Mestrinho. Antes, no Plenário, os senadores elegeram a nova com-

posição do conselho. Foram escolhidos como titulares os senadores do PMDB Gilberto Mestrinho, Carlos Bezerra (MT), Casildo Maldaner (SC), João Alberto (MA) e Nabor Júnior (AC); do PFL Geraldo Althoff, Franceline Pereira (MG), Bello Parga e Waldeck Ornélas (BA); do Bloco PSDB/PPB, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Leomar Quintanilha (PPB-TO); do Bloco Parlamentar de Oposição PT/PDT/PPS, Heloísa Helena (PT-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM); e do PSB, Roberto Saturnino (RJ).

Durante a sessão do Plenário, também foram escolhidos os senadores que integrarão a Procuradoria Parlamentar: Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Gerson Camata (PMDB-ES), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Jefferson Péres.



Romero Jucá pediu transcrição de nota assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso

## Jucá destaca o aniversário do PSDB

O aniversário do PSDB, ocorrido no último dia 25, mereceu o registro do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que pediu ontem ao Plenário a transcrição nos Anais da Casa de nota de saudação assinada pelo presidente Fernando Henrique e pelo deputado José Aníbal, presidente do partido.

Jucá informou que o PSDB está completando 13 anos. De acordo com a nota lida por ele, o partido tem "motivos de sobra para se orgulhar", já que nenhum partido político brasileiro teve crescimento tão rápido como o do PSDB.

Em outro trecho, a nota afirma que no aniversário o partido renova seu compromisso com os ideais que levaram à sua criação, inspirado no exemplo de fundadores como Franco Montoro e Mário Covas.

## Suassuna fala sobre a seca à TV Senado

O programa *Entrevista*, da TV Senado, debate hoje, com a presença do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), um problema que atinge milhares de brasileiros: a seca. O programa vai ao ar às 7h30 e 20h30.

O excesso de estrangeirismo e a falta de amor à língua portuguesa são discutidos no programa *Cidadania*, que tem como convidados os professores Francisco Peixoto e Lucília Garcez. Eles propõem como resolução para o problema a mobilização da sociedade e uma política educacional fortalecida. O programa é exibido às 6h30 e 19h30.

A TV Senado mostra ao vivo, logo após a sessão plenária, a audiência pública da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática. A partir das 21h30, vai ao ar a reunião da comissão mista especial que estuda a crise de energia.

## Colegiado conduziu processo que levou à primeira cassação

A atual composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que encerra sua gestão no próximo dia 30 de junho, deverá ter sua atuação lembrada por haver conduzido o processo que culminou com a primeira cassação de um senador da República, Luiz Estevão, em junho do ano passado, acusado de envolvimento no desvio de verbas de obras públicas. O colegiado também encaminhou os dois processos que resultaram na renúncia dos ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, por denúncias de violação do painel de votação do Plenário da Casa.

Sob a presidência do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), atual ministro da Integração Nacional, o conselho também analisou outros pedidos de representação que foram arquivados por improcedência ou inconsistência das denúncias. Essa composição foi responsável pela efetiva atuação do colegiado, pois, apesar de ter sido instituído em 1993 pelo presidente do Congresso à época, senador Humberto Lucena, e de já ter tido composição anterior — eleita em 1995 —, foi apenas a partir de junho de 1999 que o conse-

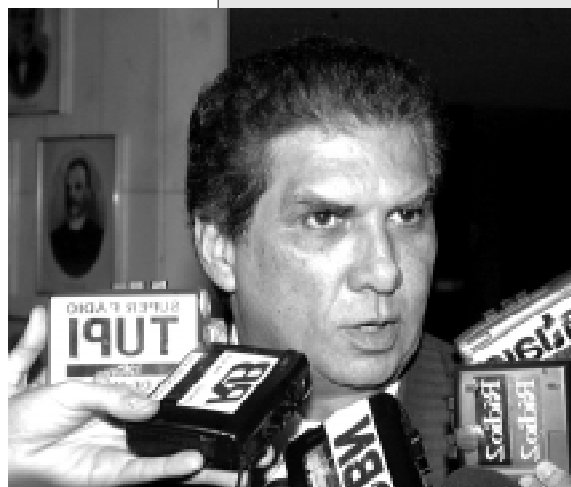
lho reuniu-se de forma regular.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem a incumbência de investigar as denúncias e acusações de falta de ética e decoro por parte dos parlamentares, realizando audiências públicas para ouvir testemunhas e as partes interessadas nos processos. O órgão define sua atuação com base em resolução específica, no Regimento Interno e na Constituição federal.

Cada composição tem mandato de dois anos e é integrada por 15 membros e respectivos suplentes, com vagas distribuídas proporcionalmente pelas bancadas partidárias. Ainda compõe o colegiado, na condição de membro nato, o corregedor do Senado, cargo ocupado atualmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## Presidente do Senado não comenta indicações

O presidente do Senado, Jader Barbalho, negou-se na tarde de ontem a comentar as indicações feitas pelas lideranças partidárias



Jader Barbalho: "Quem deve explicar as indicações do PMDB é o líder do partido"

para a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. Ele explicou que as indicações "são de responsabilidade dos líderes e, portanto, somente eles podem comentar as razões das indicações feitas".

Ainda assim, Jader rejeitou as críticas veiculadas pela mídia no sentido de que os parlamentares indicados pelo PMDB seriam todos seus amigos. Um partido, no seu entender, não deve fazer juízo

de valor sobre as indicações dos outros. Indicações para o Conselho de Ética ou para as comissões técnicas serão sempre escolhas dos líderes, explicou.

— Quem deve explicar as indicações do PMDB é o líder do partido, como também não cabe a ele reclamar das indicações feitas pelos outros partidos, o que seria antidemocrático. Seria absurdo, por exemplo, o PMDB reclamar das indicações feitas pelo PT — destacou.

A respeito do noticiário envolvendo seu nome em escândalos e denúncias de desvios de recursos públicos e mesmo abertura de contas no exterior, o senador respondeu fazendo pilhéria:

— Acho que essa conta eu abri junto com o Bill Gates, dono da Microsoft; e com relação ao encontro na tal casa do empresário, recordo que estavam lá também o James Bond e a Mulher Maravilha, inclusive jantamos juntos.

Jader explicou que "diante da molecagem eu tenho que tratar na base da piada, como pilhéria, mas quando quiserem tratar de coisa séria, denúncia séria, aí eu trato seriamente". Segundo Jader, a opinião pública também já se deu conta de que ele está "sendo objeto de uma ampla molecagem".



## João Alberto prega combate ao tabagismo



João Alberto: fumo mata 80 mil pessoas por ano no Brasil

Ao registrar a realização da 3ª Semana Nacional Antidrogas, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) defendeu a inclusão, nas discussões, da questão do tabagismo. O senador lembrou que a Organização Mundial de Saúde (OMS) pretende chegar a 2003 com um tratado para regulamentar a produção, o comércio, a distribuição e a promoção do produto, em razão do aumento em escala mundial do número de casos de câncer relacionados com tabagismo.

O senador reconheceu que a matéria é bastante polêmica, pois a produção de fumo é atividade fundamental para a economia de vários países, além de gerar empregos e impostos aos governos. Por outro lado, disse, o tabaco é responsável por cerca de 80 mil óbitos anuais no Brasil, e 5 milhões no mundo.

Ao citar a lei que proíbe o uso de produtos fumíferos, derivados ou não de tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, exceto em áreas destinadas para esse fim, João Alberto lembrou que o Brasil tem legislação rígida sobre o assunto, mas o cumprimento dessa lei ainda é limitado.

## Tuma registra posse de Célio Batalha na Anfavea

Ao destacar a posse de Célio de Freitas Batalha na presidência da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Similares (Sinfavea), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou a importância do setor automotivo para o Brasil. O setor responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do país, gerando cerca de 95 mil empregos diretos e exportando mais de US\$ 4 bilhões por ano.

Célio Batalha, em seu discurso de posse, afirmou que os investimentos programados para o setor automobilístico brasileiro no período de 2001 a 2003 somam perto de US\$ 20 bilhões.

# Mozarildo cobra ação contra febre amarela e dengue

Para ele, governos estaduais e federal se omitem enquanto as prefeituras e a sociedade tentam em vão evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*

O reaparecimento de casos de febre amarela, no centro-oeste de Minas Gerais, e a recente visibilidade que a dengue ganhou nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo em função do aparecimento de novos focos da doença foram abordados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Ele apelou ao poder público, nos âmbitos federal e estaduais, para "que saia da paralisação em que se encontra e some esforços com as milhares de prefeituras do país para combater a infestação do mosquito *Aedes aegypti*", agente transmissor das doenças.



Mozarildo Cavalcanti defende melhoria das condições de saneamento

Na opinião do parlamentar, o controle das doenças deve ser compartilhado entre cidadãos e o Poder Executivo. O senador disse que se a sociedade não se mobilizar, de nada adiantará o empenho do governo. Da mesma forma, a participação dos cidadãos não produzirá resultados se não houver um esforço governamental.

Mozarildo afirmou que a sociedade, assim como está mobilizada para a redução do consumo de energia elétrica, tem se esforçado para resolver o problema da dengue. Já

o poder público, assinalou, não demonstra a mesma determinação no controle da doença.

No entendimento do senador, cabe ao governo desenvolver campanhas educativas que ensinam a população a combater o mosquito. Mozarildo avalia ainda que é necessário que os agentes sanitários sejam melhor treinados e que se universalize o saneamento básico.

— As administrações federal e estaduais não se podem furtar à parcela de responsabilidade que lhes cabe em induzir as ações municipais, treinar os agentes municipais, fiscalizar o processo de combate à dengue, bem como fiscalizar o correto emprego dos recursos repassados por meio de convênios — acrescentou o senador.

## Debate sobre hospitais universitários será aprofundado

O projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que destina 25% dos leitos operacionais e da capacidade assistencial dos hospitais universitários a pacientes que se disponham a pagar será votado pelo Senado Federal no próximo dia 7 de agosto. Incluído na ordem do dia da sessão de ontem, o projeto teve sua votação adiada por requerimento dos senadores Roberto Freire (PPS-ES) e Heloísa Helena (PT-AL), que solicitaram mais tempo para apresentar emendas ao projeto.

Segundo a proposta, os pacientes que tenham cobertura de planos ou seguros de saúde, mediante ressarcimento pecuniário,

também poderão ser atendidos em hospitais universitários dentro do limite de 25% dos leitos. Os recursos obtidos dessa maneira devem obrigatoriamente ser utilizados na manutenção do hospital e na melhoria das condições de atendimento.

Na justificativa do projeto, Lúcio Alcântara argumenta que a situação financeira dos hospitais universitários e de ensino no país é preocupante, uma vez que suas responsabilidades com a pesqui-



Alcântara é o autor do projeto, que será votado em 7 de agosto

sa impõem uma manutenção mais cara do que a dos hospitais públicos convencionais.

Ele afirma que muitas dessas entidades já reservam parte de seus leitos a pacientes particulares ou de convênios, mesmo que a Lei Orgânica da Saúde lhes vede essa possibilidade. O projeto pretende regularizar a situação, impondo limites e exigindo que os recursos obtidos sejam usados no aperfeiçoamento tecnológico das unidades.

## Patrocínio elogia vacinação de população idosa

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou a iniciativa do Ministério da Saúde de realizar, em parceria com os governos estaduais e mu-



Carlos Patrocínio considerou um sucesso campanha contra gripe

nicipais, campanhas de vacinação dos idosos contra a gripe, durante o inverno. O senador lembrou que viroses como a gripe podem levar à morte organismos já debilitados, seja pela idade ou por condições de alimentação, vestuário e habitação precárias.

Ele chamou a atenção para a necessidade de planejamento das ações governamentais no sentido de viabilizar programas de prevenção e tratamento de doenças típicas da chamada terceira idade. Patrocínio destacou o sucesso das campanhas de vacinação em todo o Brasil, especialmente no estado do Tocantins.

## Eduardo: Aids é mais que uma questão comercial

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) enalteceu a decisão da União Europeia, em reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), de defender



Eduardo Siqueira Campos: a favor da quebra de patentes

a quebra de patentes dos medicamentos contra a Aids. Dessa forma, acrescentou, os países em desenvolvimento poderão importar e distribuir medicamentos mais baratos para as populações carentes.

O senador apontou a decisão da União Europeia como uma vitória contra os Estados Unidos e a Suíça em suas posições de defesa intransigente da propriedade intelectual. Eduardo destacou a evolução do entendimento mundial de que a Aids é "uma questão humanitária, não podendo ter o mesmo tratamento dado a questões meramente comerciais".

## Mauro: fechamento de canal vai prejudicar Minas e Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) criticou a intenção do governo paulista de fechar o Canal Pereira Barreto, que integra a Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná. O governo paulista quer economizar água para elevar os níveis dos reservatórios das hidrelétricas instaladas no Rio Paraná e calcula que a medida acrescentaria 800 megawatts de capacidade de geração de energia. Mas a medida inviabilizaria o

uso da hidrovia para navegação, o que representaria prejuízo para Minas Gerais e Goiás, explicou Mauro Miranda.

De acordo com o senador, a atitude do governo de São Paulo aumentará o custo do frete em Goiás e acarretará perda de competitividade de setores da economia goiana. O senador acredita que a medida terá o efeito de "despir um santo para vestir outro". Tanto a Federação das Indústrias do Es-

tado de Goiás quanto a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás criticaram a medida. Os representantes das transportadoras que atuam na hidrovia, informou Mauro Miranda, afirmam que terão prejuízo de centenas de milhões de dólares e pretendem cobrar na Justiça ressarcimento pelas perdas iminentes. "O golpe contra a economia de Goiás poderá ser desastroso", afirmou o senador.

# Daniel Filho debate TV e cinema com senadores

Subcomissão promove hoje audiência pública de que participam também Leonardo Barros e Evandro Guimarães

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática realizará hoje audiência pública para discutir o tema "Televisão e Cinema: Interação e Perspectiva". A audiência foi pedida em requerimento dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG), aprovado na última reunião da subcomissão.

Foram convidados a participar do debate, marcado para as 15 horas, Daniel Filho, cineasta e diretor de novelas na Rede Globo de Televisão; Leo-

nardo Barros, diretor da Conspiração Filmes; e Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo. Guimarães é também membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic).

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática funciona junto à Comissão de Educação (CE). Tem como presidente o senador Freitas Neto (PFL-PI) e como vice-presidente o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).



José Fogaça pediu a realização da audiência...



...juntamente com o senador Francelino Pereira

## Coral do Senado faz hoje concerto de gala

O Coral do Senado, formado por mais de 40 vozes, apresenta concerto de gala hoje, às 20h30, na Casa Thomas Jefferson da Asa Norte (Brasília), em comemoração aos cinco anos de criação do grupo. No repertório, músicas sacras, óperas, música brasileira e latino-americana. O coral é formado por servidores do Senado e iniciou as atividades em 1996, por iniciativa do então presidente do Congresso, senador José Sarney, e do diretor-geral Agaciél da Silva Maia.

Desde a sua criação, o coral já se apresentou em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Goiás, além do Distrito Federal. Fez também concertos internacionais na Argentina e no Chile, sob a regência de Glicínia Mendes. Esta



O Coral do Senado apresenta hoje peças de Mozart, Piazzola, Beatles, Vinícius de Moraes e Zé Kéti, entre outros

será a segunda apresentação do coral na semana, que cantou também na terça-feira. O concerto terá peças de grandes autores

como Mozart, Handël, Astor Piazzola, os Beatles e os brasileiros Vinícius de Moraes e Zé Kéti. A entrada é franca.

## Arqueóloga quer aeroporto na Serra da Capivara

A arqueóloga Niède Guidon, presidente da Fundação do Homem Americano, instituição que realiza pesquisas no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, pediu ao senador Hugo Napoleão (PFL-PI) que faça gestões junto ao BNDES no sentido de conseguir recursos para a construção de um aeroporto na cidade de São Raimundo Nonato, que abriga o Parque Nacional.

Hugo Napoleão se comprometeu a trabalhar para viabilizar a proposta da pesquisadora porque considera o aeroporto "fun-

damental" para a sobrevivência do parque e das pesquisas ali realizadas.

Niède Guidon trabalha na Serra da Capivara há mais de trinta anos e é responsável por importantes descobertas arqueológicas no local, como a identificação de vestígios da existência do homem americano há mais de 40 mil anos. Ela defende a construção do aeroporto como uma forma de facilitar o acesso de turistas ao local, o que poderia incrementar os investimentos na continuidade das pesquisas.

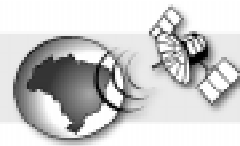


Hugo Napoleão: aeroporto é fundamental para sobrevivência do parque

## Prodasen promove palestra técnica

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) promove a palestra "Certificação eletrônica e cartórios virtuais", que ocorrerá hoje, às 15h, no auditório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A palestra será proferida por Maria Teresa Aarão, que falará sobre os temas "Virtualização de documentos", "Autenticação: mundo real x mundo virtual", "Conceitos de criptografia" e, por último, "Certificação digital".

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h – Saúde/Unip – Alcoólicos Anônimos – Parte 1  
6h30 – Cidadania – A professora e escritora Lucília do Carmo Garcez e o professor Francisco Peixoto falam sobre a língua portuguesa e o ato de escrever  
7h30 – Entrevista – O sen. Ney Suassuna fala sobre a seca no Nordeste  
8h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
8h30 – Saúde/Unip – Correção das Deformações Congênitas – Parte 1  
9h – As Cores do Brasil – Rio Grande do Sul  
9h30 – Entrevista – O sen. Jorge Bornhausen fala sobre as eleições primárias  
10h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática – audiência pública requerida pelos senadores Francelino Pereira e José Fogaça. Convidados: Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic); Daniel Filho, diretor da Rede Globo e cineasta, e Leonardo Barros, diretor da Conspiração Filmes (ao vivo)  
18h30 – Entrevista – O sen. Jorge Bornhausen fala sobre as eleições primárias  
19h30 – Cidadania – A professora e escritora Lucília

do Carmo Garcez e o professor Francisco Peixoto falam sobre a língua portuguesa e o ato de escrever  
20h30 – Entrevista – O sen. Ney Suassuna fala sobre a seca no Nordeste  
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
21h30 – Comissão Mista do Apagão – reunião para ouvir Antônio Ermírio de Moraes (presidente do Grupo Votorantim – São Paulo/SP); Luís Carlos Santos (presidente de Furnas – Rio de Janeiro/RJ); Cláudio Avila da Silva (presidente da Eletrobrás – Rio de Janeiro/RJ) (gravado)  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h – Música, informação e serviços  
8h – Senado Primeira Hora – as principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h – Música e informação  
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
14h15 – Senado Notícias  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reapresentação)  
15h – Subcomissão do Cinema  
19h – A Voz do Brasil  
20h – Música e informação  
22h – Senado Notícias – Edição da noite  
23h – Improviso Jazz

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Santos defende saque no FGTS para abrir novo negócio

Projeto de lei apresentado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que os desempregados saquem os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abertura e expansão de negócio próprio. A Lei n.º 8.036 estabelece que a conta vinculada só pode ser movimentada quando permanecer três anos ininterruptos sem créditos de depósito. A matéria está tramitando em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Ao se desvincular de uma empresa, por necessidades pessoais ou familiares, o trabalhador não recebe os direitos devidos pelo tempo de serviço no ato da rescisão do contrato dentro do pressuposto de que conseguirá um novo emprego. Ocorre que, em muitos casos, o mercado não mais o absorve, compelindo-o a abrir negócio próprio para promover o seu sustento e da sua família. Além disso, em muitos casos o trabalhador tem interesse, disposição e habilidades para ser um empreendedor — afirmou Ricardo Santos.

De acordo com a proposta do senador, a liberação dos recursos do FGTS ficaria condicionada à apresentação de projeto ou proposta à Caixa Econômica Federal (CEF), que se encarregará do acompanhamento de sua execução, à semelhança da liberação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), por meio de linhas de microcréditos e do financiamento às micros e pequenas empresas.

— É importante e justo que o trabalhador possa movimentar sua conta vinculada, para viabilizar a abertura ou expansão de seu negócio, sem esperar três anos para ter acesso a esses recursos, conforme determina atualmente a lei — disse o parlamentar.

Ricardo Santos lembrou que o FGTS foi criado pela Lei 5.107, em 13 de setembro de 1966, com a finalidade de assegurar ao trabalhador direitos decorrentes do tempo de serviço prestado ao empregador.

# Fernandinho Beira-Mar nega ter ligações com parlamentar mineiro

Traficante foi acareado com o assaltante Sálvio Vilar, que se diz ex-membro do Comando Vermelho e conta que viu Beira-Mar em companhia do deputado estadual Arlen Santiago

O narcotraficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, negou que tenha negócios com o deputado estadual Arlen Santiago (PTB-MG) e com seu irmão, o empresário Paulo César Santiago. Beira-Mar foi acareado ontem com o assaltante Sálvio Vilar, também conhecido como Laércio, na reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga o roubo de cargas.

Com o braço direito imobilizado, em razão de tiro que levou durante sua captura, Beira-Mar foi à CPI escoltado por 25 homens da Polícia Federal e do Batalhão de Operações Especiais da PM. Além disso, 20 seguranças do Senado participaram do esquema montado para evitar qualquer tentativa de fuga. O traficante foi questionado por duas horas e meia, sendo colocado frente a frente com Sálvio, que denunciou suas ligações em Minas Gerais.

Segundo Sálvio, Beira-Mar trocava carga roubada por drogas, e com-



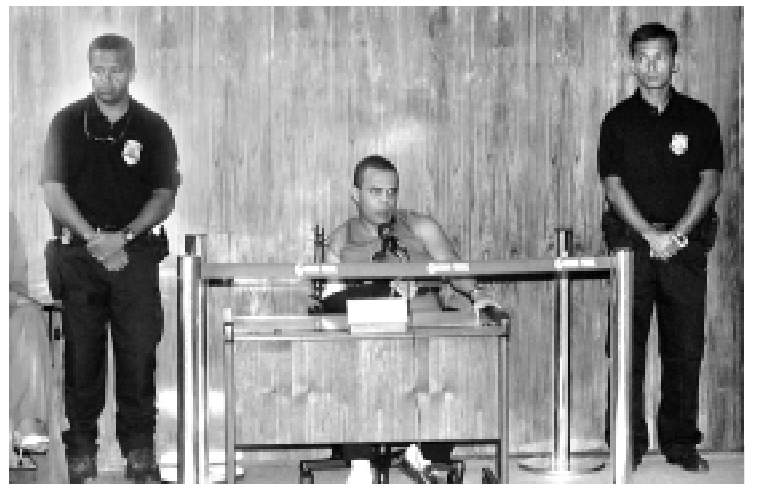
pareceu a uma festa no parque de exposições da cidade de Montes Claros (MG) juntamente com o deputado Arlen e seu irmão, Paulo César,

que seria um dos principais colaboradores do traficante. Em resposta, Fernandinho Beira-Mar chamou Sálvio de “maluco” e “alcagüete”.

— Alguém deve estar usando você para incriminar o deputado — disse Beira-Mar, negando qualquer contato com Arlen ou Paulo César.

Sálvio, porém, manteve seu depoimento, e afirmou ter conhecido Fernandinho Beira-Mar no Rio de Janeiro. Dizendo ter sido membro do Comando Vermelho, ele acusou o traficante de matar vários outros integrantes do crime organizado, visando obter o máximo de controle da distribuição de drogas.

Beira-Mar sorriu várias vezes durante a acareação e os questionamentos dos parlamentares, negando que venda armas ou que tenha assassinado seus inimigos. Ele afirmou que a imprensa o transformou



Acusado de trocar cargas roubadas por drogas, Fernandinho Beira-Mar se recusou a responder a várias perguntas dos deputados e senadores

em um mito, e que nunca foi o maior traficante do país. Indagado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, Beira-Mar confirmou ter ficado escondido em área sob o controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), naquele país.

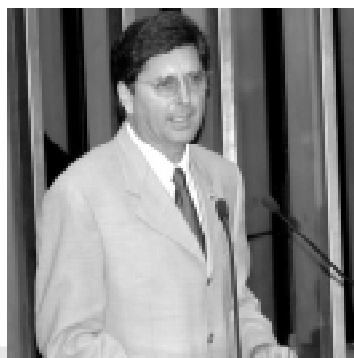
Queixando-se de dores no braço, ele se recusou a responder várias perguntas dos deputados Robson Tuma (PFL-SP), Moroni Torgan

(PFL-CE) e Pompeo de Souza (PDT-RS). Os deputados entregaram ao relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), uma série de documentos que incriminam o traficante. O deputado Cabo Júlio (PL-MG) obteve prova de que Sálvio esteve em Montes Claros, conforme disse em seu depoimento. O senador Romeu Tuma afirmou que a CPI do Roubo de Cargas continuará trabalhando durante o recesso.

## Cidade de Goiás é Patrimônio da Humanidade



Mauro Miranda disse que todos os goianos se sentiam orgulhosos com a decisão



Maguito Vilela lembrou que o processo se iniciou quando ele era governador de Goiás

A cidade de Goiás, ex-capital do estado, acaba de ser reconhecida pela Unesco como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. A notícia foi comunicada ontem pelos senadores goianos Mauro Miranda e Maguito Vilela (ambos do PMDB).

Mauro Miranda disse que todos os goianos se sentiam orgulhosos com a decisão, tomada com base em relatório que recomendava a inclusão da antiga Vila Boa, fundada por bandeirantes em 1725,

na lista dos locais protegidos internacionalmente como patrimônio histórico e artístico, a exemplo de Ouro Preto, em Minas Gerais, Olinda, em Pernambuco, e Brasília.

Maguito Vilela, por sua vez, destacou que tinha notícia de que a população de Goiás estava em festa comemorando a decisão. Ele afirmou sua satisfação pessoal pelo fato de o processo ter se iniciado quando ele foi governador do estado.

## Eduardo: nem crise energética vai parar o TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o processo de desenvolvimento do Tocantins é tão firme que nem as dificuldades do país em relação a energia elétrica poderão abalar o progresso do estado. Citando palavras do presidente da Federação das Indústrias do estado, Ronaldo Dimas, ele disse que o Tocantins oferece segurança no fornecimento de energia a qualquer empreendedor que queira investir naquela região.

Ele explicou que, nos últimos cinco anos, o setor industrial do Tocantins cresceu 40%. Esse percentual tende a aumentar na medida em que se conclua a infra-estrutura de transporte, por meio da ferrovia Norte-Sul e da hidrovía Araguaia-Tocantins, afirmou.

Em relação à energia elétrica, o senador lembrou que, atualmente, ela é gerada por Tucuruí e pelo projeto executado pela Companhia Elétrica do Tocantins (Celtins), que visa disseminar pequenas usinas nas regiões.

# Osmar Dias anuncia saída do PSDB

Senador considerou indevida a intromissão da direção nacional do partido, que exigiu a retirada da assinatura no requerimento para a constituição da CPI da Corrupção

O senador Osmar Dias (PR) anunciou ontem seu desligamento oficial do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ele enviou carta ao juiz eleitoral de Maringá, cidade onde tem domicílio eleitoral, pedindo o desligamento em caráter definitivo.

Osmar Dias informou ter tomado a decisão após o partido ter-lhe exigido de "forma arbitrária, autoritária e incoerente" a retirada da assinatura que ele e o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) deram no requerimento de instalação da CPI da Corrupção.

— Foi uma intromissão indevida da direção do PSDB nacional. Não sou senador de Fernando Henrique Cardoso nem de José Aníbal

(deputado, presidente nacional do PSDB), sou senador eleito pelo povo do Paraná. O PSDB nacional se mistura demais com o governo, assim cometeu essa atitude arbitrária — disse.

Osmar Dias afirmou que decidiu não submeter seu caso a exame do conselho de ética do PSDB, conforme determinou a direção nacional do partido, daí ter deixado a agremiação. Explicou que o desligamento foi motivado pela contradição entre o estatuto do PSDB, no qual é afirmado que este seria "o partido da ética, da moralidade e do combate à corrupção", e o fato de ser impedido de continuar no partido por ter assinado "uma CPI para in-



Osmar Dias: "Quem enfia a cabeça na terra não é o tucano, é o avestruz"

vestigar corrupção no governo, porque o presidente Fernando Henrique considera que a CPI pode prejudicar o Brasil". Osmar Dias leu trecho de discurso feito

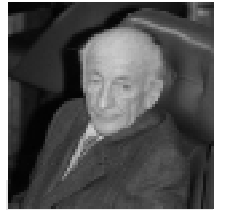
pelo então senador Fernando Henrique, em 1988, apoiando criação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção no governo José Sarney.

Osmar Dias encerrou o discurso dizendo que o PSDB está utilizando o símbolo errado em sua representação. "Quem enfia a cabeça na terra não é o tucano, é o avestruz. Todos os cidadãos querem ver investigadas as denúncias de corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso", observou, acrescentando que, de agora em diante, estará livre para escolher um partido que permita que ele assine o requerimento de criação da CPI da Corrupção.

## Lauro Campos assina hoje filiação ao PDT

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) comunicou ontem que se filiara ao PDT. A cerimônia de filiação ocorrerá hoje, às 19h, na sede nacional do partido, em Brasília.

Lauro disse que, ao sair do Partido dos Trabalhadores, imaginava que "ia ficar abandonado", mas ficou surpreso com a acolhida que recebeu. O senador destacou que lhe foram feitos convites de inúmeros partidos e agradeceu o apoio a todos eles.



Lauro agradeceu os convites de diversos partidos

## Moreira Mendes registra encontro de vereadores

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou a presença, nas galerias do Plenário, de 60 vereadores de vários municípios de Rondônia. Os parlamentares encontram-se em Brasília para participar do 40º Encontro Nacional de Vereadores, que se realiza desde ontem no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Integra o grupo o presidente da Ordem dos Vereadores de Rondônia, Fábio Camilo. "Faço esse registro em homenagem aos nossos vereadores e para consignar o importante conclave que se realiza em Brasília", afirmou Moreira Mendes.

## Romero Jucá elogia atuação de Pimenta da Veiga

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, elogiou o desempenho do ministro Pimenta da Veiga à frente do Ministério das Comunicações. De acordo com Jucá, o setor é considerado fundamental para o governo Fernando Henrique Cardoso.

O senador afirmou que o Brasil, ainda que tenha que recuperar o tempo perdido, já ocupa a décima colocação mundial em quantidade de telefones fixos.



Pedro Simon recebe cumprimentos pelo lançamento do livro sobre sua vida, junto do autor, o jornalista Luiz Gutemberg (sentado)

## Livro conta a história de Pedro Simon

Depois de fazer em Plenário inflamado discurso contra a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) enfrentou ontem concorrida noite de autógrafos para o lançamento do livro que conta a história de um político de gestos marcantes: *Quem é Pedro Simon*, primeiro volume da coleção *Biografias Monitoradas*, novidade introduzida no Brasil pelas Edições Dédalo.

No hall da Biblioteca do Senado, parlamentares, servidores do Senado e simpatizantes de Simon esperaram em longa fila pelo autógrafa do senador, sentado ao

lado do jornalista Luiz Gutemberg, que redigiu o livro com base em depoimentos e documentos. Em 216 páginas, os fatos mais marcantes da vida do gaúcho Pedro Simon, de 71 anos, são descritos e interpretados à luz dos comentários do próprio biografado.

Entre os fatos políticos e pessoais narrados no livro estão o desafio de Simon aos militares no enterro de João Goulart, a coordenação do PMDB durante a campanha das Diretas Já e a disputa pela legenda na eleição que levou Fernando Collor à Presidência da República.

— Pedro Simon é uma rocha, e sobre ele continuaremos a edifi-

car o nosso partido — disse, com bom humor, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), depois de colher os autógrafos do colega e de Gutemberg.

A referência religiosa no comentário de Maldaner foi reforçada pela presença de frei Dom, pertencente à Ordem de São Francisco, grupo ao qual Simon filiou-se recentemente, como membro secular. Frei Dom elogiou não só o exemplo histórico do senador como um homem de luta, mas sua adesão aos franciscanos num esforço para manter-se sempre no caminho da ética, da austeridade e do respeito à natureza.

## Tuma homenageia Evandro Carlos de Andrade

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) prestou homenagem ao jornalista Evandro Carlos de Andrade, que faleceu na última segunda-feira em decorrência de rara doença hematológica. Tuma destacou o pioneirismo do jornalista, responsável pela implantação de uma linguagem inovadora e um perfil mais regional nos noticiários, bem como sua ética profissional.

Evandro Carlos de Andrade dirigiu a redação de *O Globo* por 24 anos e chefiou as sucursais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* em Brasília. O senador lembrou também que o jornalista foi o principal responsável pela reestruturação do *O Globo*, levando-o à condição de maior jornal do Rio de Janeiro, e ainda fez parte da equipe que implantou o Globo News, primeiro canal de notícias do Brasil.

— Seu velório, ocorrido no Rio de Janeiro, demonstrou que o apreço pelo jornalismo ético e isento consegue reunir adversários políticos, que esqueceram as divergências para homenageá-lo — afirmou o senador.



Tuma destaca apreço pelo jornalismo ético